

**Belo Horizonte, 20 de novembro de 2020.**

À CÂMARA DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS – CPB DO COPAM

**Parecer de Vistas Amda sobre revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual Do Rio Preto**

Trata-se de avaliação e julgamento pela Câmara de Proteção à Biodiversidade de revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Preto.

Importante destacar inicialmente que consideramos o Plano de Manejo aprovado em 2004 como bem fundamentado e com programas e planos bem estruturados.

No que se refere a presente proposta de revisão à luz do novo roteiro metodológico definido pelo ICMBio, entendemos que o foco deveria ser o aperfeiçoamento dos programas de proteção e uso público, considerando especialmente as maiores ameaças para o Parque:

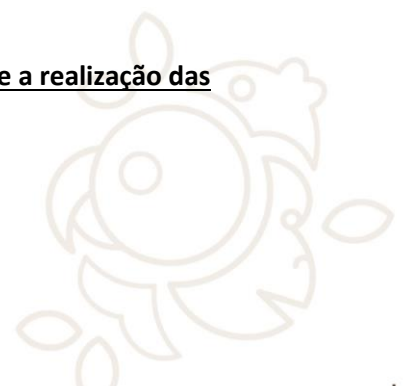
- Pressão para redução da área da UC
- Pressão para o uso da área para pastoreio
- Pressão para ocupação de área em sua zona de amortecimento, envolvendo supressão de vegetação nativa. Ênfase às áreas de preservação permanente das margens do rio Preto, ao longo da estrada de acesso ao Parque.
- Ameaça de grandes incêndios florestais.
- Coleta de plantas ornamentais.

Nessa linha, julgamos ser fundamental a atualização dos programas de proteção da UC, incluindo ações de prevenção e combate aos incêndios, uso público, estratégias de uso e proteção da zona de amortecimento da UC e regularização fundiária.

Em nossa avaliação, no entanto, na revisão ora proposta esses temas foram tratados superficialmente, prejudicando a efetividade do documento.

Destacamos a seguir os pontos de discordância:

1. **Ausência de divulgação e falhas no envolvimento de parceiros durante a realização das oficinas participativas.**



Á título de observação, gostaríamos de externar nossa surpresa e consternação de a Amda não ter sido chamada para a oficina participativa de revisão do Plano de Manjo, apesar de sua ligação histórica com o Parque (desde sua criação em 1994). Ao longo do período que se sucedeu à criação da UC, a entidade se envolveu com várias ações para sua proteção e de importantes áreas de seu entorno, com destaque:

- Ações políticas no sentido de impedir a redução da área do parque e barrar a utilização de segmentos da UC para o pastoreio de gado (envolvendo principalmente articulações na ALMG)
- Pavimentação de trechos da estrada de acesso: a Amda participou ativamente de articulações para a obtenção de recursos para a ampliação do trecho pavimentado da estrada de acesso à UC.
- A entidade tem participado ativamente de ações para o controle do processo de ocupação ilegal das áreas ribeirinhas (e de preservação permanente) no trecho do rio Preto, a jusante na unidade de conservação.

Ressalta-se ainda, que além da Amda, outras ONGs e instituições de ensino e pesquisa que atuam na área também não foram consultadas. E se foram, não aparecem no documento, pois são mencionados somente os nomes das pessoas e não as instituições que elas representam.

## **2. Plano de prevenção e combate a incêndios florestais.**

Desde 2004, quando foi feito o plano de manejo, ocorreram mudanças significativas nas estratégias de prevenção e controle de incêndios, destacando-se:

- MIF – Manejo Integrado do Fogo. Foi regulamentado o uso de fogo em UCs, como forma de prevenção a grandes incêndios. Trata-se de importante estratégia para se evitar grandes impactos sobre a fauna e flora causados por estes eventos, principalmente sobre tipologias vegetais menos resistentes (florestais). Importante definir como a estratégia vai ser usada e em que áreas, considerando periodicidade, extensão de área, localização de aceiros negros, e recursos técnicos, equipamentos e pessoal para a execução da queima controlada.



- Uso de equipamentos e materiais: equipamentos como sopradores e o uso de retardantes têm sido utilizados com resultados promissores nas ações de combate aos incêndios. Como o parque está usando estes novos recursos? Quais as deficiências na estrutura do parque quanto a estes recursos? As equipes de combate são suficientes?

Entendemos, portanto, que é necessária a inclusão dessas estratégias de combate a incêndio florestal no Plano de Manejo, considerando o reconhecimento notório de sua eficiência e que, infelizmente, o Parque Estadual do Rio Preto é vítima incêndios criminosos.

#### **Proposta de Redação:**

Atualizar o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais adotando-se as técnicas e equipamentos mais recentes, destacando-se a estratégia de Manejo Integrado do Fogo- MIF. Deverá ser definida a rede de aceiros e os locais onde o uso do MIF deverá ser aplicado com vista a prevenção de grandes incêndios.

Além disso, deverão ser listados os equipamentos que irão compor a estrutura física de combate, levando em consideração a eficiência dos equipamentos testados em combate de incêndios florestais como, por exemplo, uso de sopradores.

### **3. Programa de uso público, informação e educação ambiental**

O Plano de Manejo elaborado em 2004 destacou uma série de medidas necessárias a estes programas e planos, como:

- i. Aumentar a oferta de trilhas e atrativos no entorno imediato do núcleo de visitação (centro de visitantes, alojamentos, refeitório, camping), e estruturá-las para recepção de um fluxo maior de visitantes e atividades auto-guiadas;
- ii. Realizar monitoramento de trilhas e atrativos existentes para determinação de capacidade de carga;
- iii. Implantar novas trilhas e atrativos representativos de ambientes que os visitantes não têm acesso, como campos rupestres;
- iv. Estudar a implantação de novos atrativos, voltados para novas modalidades como escalada e rapel, que apresenta um grande potencial na área;
- v. Implementar o centro de visitantes com exposições permanentes, material gráfico, folhetos e material audiovisual;



- vi. Implantar sinalização interpretativa em trilhas e atrativos, e complementar sinalização direcional;
- vi. Estudar alternativas para viabilizar a operação continuada do restaurante do Parque;
- viii. Promover a integração dos atrativos do Parque com o entorno, como forma de beneficiar as populações locais e aproveitar o potencial do fluxo turístico existente;
- ix. Adotar medidas de recuperação ambiental na área do parque;
- x. Realizar gestões para o estímulo à melhoria contínua da qualidade dos serviços e equipamentos turísticos na área de influência, e estimular a implantação e continuidade de programas de capacitação de mão de obra.

No entanto, a atualização ora proposta cita apenas a necessidade de melhoria do Centro de Visitantes para facilitar as atividades educativas e interpretativas, sem mencionar os destaques supracitados.

Dessa forma, consideramos que o desenvolvimento deste item foi bastante preliminar e insuficiente.

Cumpramos destacar ainda que não há qualquer menção no documento ora discutido à contratação ocorrida na primeira década dos anos 2000 para a implementação do projeto expo gráfico do Centro de Visitantes, incluindo painéis e outros materiais informativos sobre a UC. Muitos destes materiais encontram-se guardados em caixas até hoje nas dependências do parque. Pergunta-se: qual a estratégia será adotada para dar continuidade à implantação das exposições neste Centro de Informações.

**Proposta de redação:**

Desenvolver projeto expo gráfico do Centro de Visitantes, que envolva exposições permanentes e temporárias, enfocando aspectos dos ambientes naturais protegidos, inserção regional da unidade de conservação, informações sobre a história da ocupação humana na região (desde a pré-história), sobre as comunidades do entorno e demais unidades de conservação da região. No âmbito deste projeto expo gráfico deve ser destacada a importância do Rio Preto e das ações de proteção de suas nascentes para as comunidades locais, regionais e para toda a bacia do Rio Jequitinhonha.



#### **4. Regularização fundiária**

Da mesma forma, entendemos que o tema regularização fundiária foi tratado de forma bastante superficial na ficha técnica da UC (página 9).

Importante ressaltar que se trata de questão fundamental para garantir a integridade das áreas naturais da unidade. Pergunta-se então: como evoluíram as ações para a regularização fundiária da UC desde o plano de 2004? O que falta fazer? Que estratégias serão usadas?

É fundamental que isso conste na atualização no Plano de Manejo.

##### **Proposta de Redação:**

Concluir a análise da situação fundiária da unidade de conservação, avaliando todos os aspectos jurídicos e pendências existentes no processo de regularização dos terrenos particulares abrangidos pela UC. Buscar os recursos necessários para a finalização do processo de aquisição de áreas particulares dentro da UC.

#### **5. Questões relacionadas aos Recursos e Valores fundamentais (RVF)**

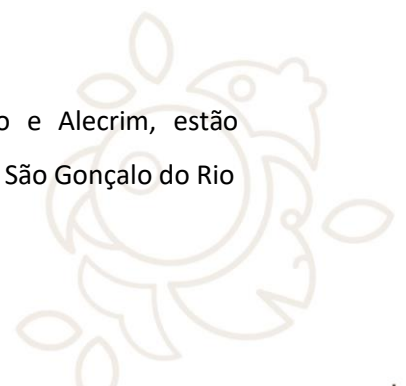
No que se refere ao Recurso e Valor Fundamental dos CAMPOS, CERRADOS E MATAS DA PARTE BAIXA da unidade de conservação o documento conclui que não foram identificadas ameaças. Há, porém que se considerar as pressões de uso e ocupações das áreas florestais ao longo do Rio Preto, principalmente pela valorização das terras. Há inúmeras ocorrências de desmate neste trecho, para sítios e casas de pessoas vindas de outros municípios. Esta dinâmica pode agravar os problemas de fragmentação de habitats.

Neste item, importante considerar a necessidade de melhorar as estratégias de regular o processo de ocupação destas áreas próximas ao Parque do Rio Preto, envolvendo o poder público municipal.

Importante também definir estratégias de melhorar a fiscalização destas áreas, envolvendo suporte externo à gerência do parque, de maneira a não acirrar os conflitos e pressões sobre a pessoa do gerente.

##### **Proposta de Redação:**

As comunidades limítrofes ao parque denominadas Santo Antônio e Alecrim, estão inseridas em área rural assim declarada pelo Plano Diretor do município de São Gonçalo do Rio



Preto e dentro da ZA formalmente instituída. As duas localidades estão sendo expansão imobiliária em função do aumento do turismo na região.

Neste processo de ocupação, alguns loteamentos informais estão sendo registrados, em desacordo com o módulo rural previsto em lei federal 6.766/1979 (que regula o parcelamento urbano do solo), além da desobediência ao art. 49 do Snuc.

A ocupação desordenada, com características urbanas em áreas limítrofes ao Parque em sua ZA gera grande impacto sobre a Unidade de Conservação. Cita-se, como exemplo, desmatamento, ocupação de APP do Rio Preto e geração de lixo e esgoto sem o devido tratamento. Isso pressupõe ainda mais a necessidade de articulação entre o órgão gestor do Parque, setor de fiscalização do Estado e órgãos municipais para paralisar que sejam paralisadas as construções e desmatamentos irregulares, além de contribuir para o desenvolvimento do turismo e ocupação do solo de forma na ZA do Parque Estadual do Rio Preto.

É o parecer,

Luiz Gustavo Viera Nunes da Silva

Representante da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda

